

# FAZENDÁRIOS em PAUTA

Informativo do Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - nº 04 - Abril/2022

Pesquisa revela os desafios das finanças  
dos 5.568 municípios brasileiros



O impacto nas finanças municipais com a pandemia nos últimos dois anos é inegável, mas o que não se esperava é que a gestão fiscal dos 5.568 municípios brasileiros chegasse ao final de 2020 com as contas equilibradas. Tais informações foram reveladas no Relatório Multi Cidades 2022, elaborado pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP).

Na prática, este e outros resultados demonstram o trabalho incessante de todas as equipes das gestões municipais do país, com destaque para os fazendários. O documento foi compilado em 216 páginas e estão disponíveis neste link [aqui](#).

“A pandemia da Covid-19, que levou à morte mais de 600 mil brasileiros, impôs às prefeitas e prefeitos enormes desafios. Os auxílios financeiros e a expansão das receitas de capital contribuíram para que a receita total dos municípios fechasse o ano de 2020 com aumento real de 6%. Cabe lembrar que os municípios vinham apresentando melhorias em seus indicadores de suficiência financeira e de equilíbrio fiscal já em 2019. No 1º semestre de 2021, a economia demonstrou alguma recuperação, o que favoreceu momentaneamente as contas públicas”, explica o prefeito de Aracaju (SE) e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Edvaldo Nogueira.

No entanto, ele informa que o 2º semestre de 2021 trouxe uma série de incertezas, com a crise hídrica e a alta no preço da energia elétrica, somadas às elevações do preço do petróleo, da inflação e das taxas de juros. Tudo isso aponta para um 2022 com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), cujas previsões estão em torno de 1,5%.

**SAÚDE** - Em 2020, o Ministério da Saúde (MS) repassou para os Fundos Estaduais de Saúde (FES) e para os Fundos Municipais de Saúde (FMS) o valor de R\$ 32,09 bilhões para o enfrentamento da pandemia. A quantia representa 28,9% do total de transferências do FNS para os entes subnacionais (R\$ 111,23 bilhões). Em 2020, os municípios receberam verbas de R\$ 23,11 bilhões para a luta contra o coronavírus. Por outro lado, o documento ressaltou que a aprovação pelo Congresso Nacional do valor de R\$ 125 bilhões para a saúde no Orçamento de 2021 está bem abaixo dos R\$ 150,46 bilhões executados em 2020.



## Conheça a análise das receitas municipais na Pesquisa Multi Cidades

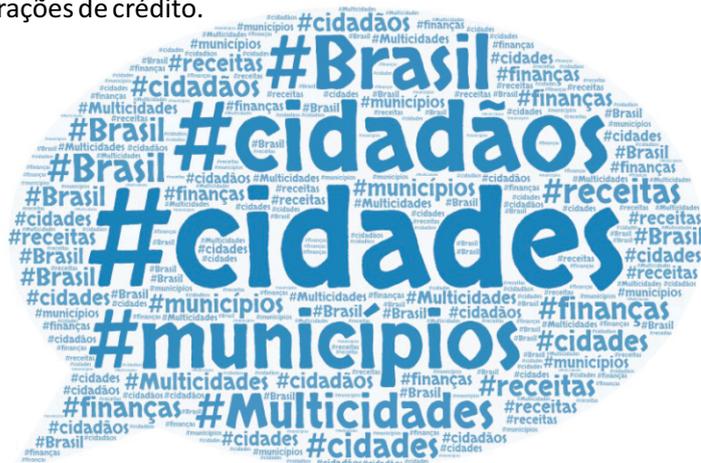
A Pesquisa Multi Cidades 2022 demonstra que em 2020 a análise da receita corrente traz os efeitos da pandemia. As duas principais transferências constitucionais de recursos aos municípios diminuíram: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) encolheu 7,3% e as transferências estaduais do ICMS recuaram 1,1%. O mesmo ocorreu com a receita dos dois principais tributos municipais: o ISS acusou queda de 2,9% e o IPTU, de 2,5%. A receita com taxas, por sua vez, baixou 7,2%.

Já entre as receitas próprias municipais, a arrecadação do ITBI demonstrou ótimo desempenho, com ganho de 10,3%, impulsionado pelos juros mais baixos no crédito imobiliário. A expansão do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) foi ainda mais forte, de 12,4%. As transferências da União referentes ao SUS também assinalaram variação positiva, de 37,9%, devido aos recursos extraordinários da União aos municípios para o enfrentamento à pandemia.

A receita total do conjunto dos municípios brasileiros cresceu 6% em 2020, no comparativo com 2019, ao atingir R\$ 746,79 bilhões, em valores corrigidos pela inflação medida pelo IPCA. Esse resultado é atribuído ao avanço das receitas correntes, oriundas dos auxílios emergenciais, e da expansão das receitas de capital, que foram impulsionadas pelas operações de crédito.

## Tópicos sobre as receitas dos 5.568 municípios brasileiros

- 01**  **RECEITA** - A receita corrente municipal subiu 5,3% em 2020. Sem os auxílios federais, haveria queda de 0,9%.
- 02**  **CRÉDITO** - As operações de crédito bateram recorde e sustentaram os investimentos das cidades mais populosas. Municípios fecham 2020 em melhor situação de equilíbrio fiscal.
- 03**  **ÁREAS** - A despesa com saúde (15,6%) e assistência social (14,4%) registraram os maiores aumentos. A educação recuou 5,3%, devido à suspensão das aulas presenciais.
- 04**  **ECONÔMICA** - Atividade econômica no primeiro semestre de 2021 garante bom desempenho das receitas municipais.
- 05**  **ICMS Municipal** - Arrecadação proporcional do ICMS é cada vez maior em municípios menores.
- 06**  **IPVA Municipal** - IPVA sobe 0,9% em 2020, apesar da pandemia.
- 07**  **FPM** - Pandemia reduz o FPM em 7,3%, mas compensação recompõe perdas.
- 08**  **ISS** - Nos últimos 15 anos, ISS praticamente triplica, enquanto FPM e ICMS nem sequer dobram.
- 09**  **PTU** - Cidades de porte médio foram as mais afetadas pela retração do IPTU em 2020.
- 10**  **ITBI** - ITBI supera resultado histórico e registra alta de 10,3% em 2020.
- 11**  **TAXAS** - Municípios perdem R\$ 941 milhões em taxas em 2020.





## Confira a análise sobre as despesas da Pesquisa Multi Cidades 2022

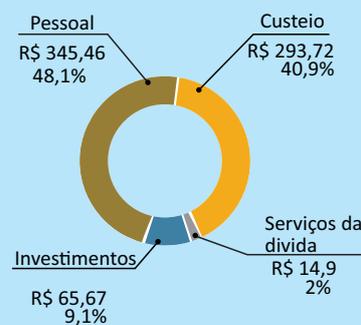
Com alta de 5,2% em 2020, o conjunto das despesas municipais no Brasil somou R\$ 719,13 bilhões. Este foi o resultado apurado pela Pesquisa Multi Cidades 2022. As despesas com pessoal tiveram elevação de 3,5%, apesar das restrições impostas pela Lei Complementar 173/20, que limitou o aumento do gasto com a folha de pagamento do funcionalismo a partir de junho daquele ano.

O documento explica que na área de educação houve uma redução de 28,8% nas despesas por conta da suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto. “Tal mudança ocasionou a revisão ou corte de diversas despesas ligadas ao custeio das escolas, como limpeza, transporte escolar, água, luz, telefone, alimentação dos alunos e segurança, entre outras, bem como os contratos temporários de professores”, relata a pesquisa.

Esse fato citado acima trouxe uma grande dificuldade para os gestores municipais alcançarem a aplicação mínima de 25% de toda a receita bruta proveniente das arrecadações de impostos próprios e de transferências com origem tributária, aumentando o número de gestores que não conseguiram atender ao preceito constitucional. Em 2021, o mesmo problema se agravou em virtude da continuidade das aulas remotas durante a maior parte do ano letivo e do congelamento dos salários pela LC 173/20.

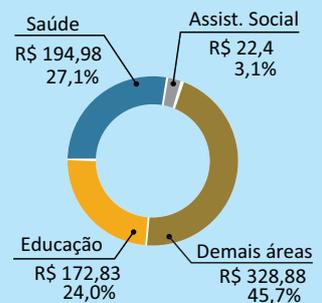
### Composição da despesa total por categoria econômica - 2020

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



### Composição da despesa total por função - 2020

em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



**POBREZA** - Todos os municípios registraram expressiva alta de 14,4% na despesa com assistência social. Afinal, em 2021 cerca de 50 milhões de brasileiros viveram com menos de R\$ 178 mensais.

O aumento percentual foi ainda maior nas 48 cidades com mais de 500 mil habitantes: 29,3%. Nos primeiros seis meses de 2021, mais de 1,5 milhão de pessoas passaram a viver em situação de extrema pobreza.

## Tópicos sobre as despesas dos municípios na Pesquisa Multi Cidades

**1** **DESPESAS** - R\$ 719,13 bilhões é o total das despesas dos municípios brasileiros em 2020

**2** **CUSTEIO** - Os custeios cresceram 4,7%, muito em virtude da expansão da oferta de serviços públicos nos grandes centros urbanos relacionados à saúde e à assistência social.

**3** **DÍVIDA** - Os desembolsos com os serviços da dívida, que incluem juros e amortizações, encolheram 28,8% devido à suspensão do pagamento das dívidas e de débitos previdenciários municipais perante a União.

**4** **CRÉDITO** - Os investimentos subiram 33,7%, sendo em grande parte financiados por receitas de operações de crédito em ano de eleições municipais.

**5** **SAÚDE e SOCIAL** - Houve um reforço dos aportes para as áreas de saúde e assistência social – de 15,6% e 14,4%, respectivamente. Em 2021, 50 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 178 mensais.

**6** **DÍVIDA** - Juros e amortizações da dívida - Lei Complementar 173/20 derruba serviços da dívida em 2020.

**7** **PESSOAL** - Congelamento da despesa com pessoal pela LC 173/20 segurou o gasto em 2020 e 2021.

# Articulações

## Senador Fernando Bezerra Coelho recebe

## diretorias de entidades nacionais do fisco

**Fenafim, Anafisco, Apefisco e Afrem participaram da reunião**

O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) recebeu, hoje (11/4), as direções da Fenafim, da Anafisco, da Apefisco e do Afrem Sindical para debater as conjunturas da Reforma Tributária e outros temas relevantes para as administrações tributárias municipais. O encontro foi realizado no escritório do político, localizado no Rio Mar Trade Center, em Recife.

Participaram da reunião o presidente da Fenafim e do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical), Fábio Macêdo; o secretário-geral do Afrem e representante da Anafisco, João Victor de Araújo, e o representante da Apefisco e auditor de Vitória de Santo Antão, Marcelo Veras.

"Tratamos de pautas importantes para os municípios e suas administrações tributárias, em especial algumas proposições legislativas e o cenário da Reforma Tributária, assuntos prioritários para o fortalecimento do fisco municipal", enfatizou Fábio Macêdo.

Na semana passada, a Reforma Tributária (PEC 110/2019) foi retirada de pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, apesar da semana de esforço concentrado do legislativo e do apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ao projeto.



Da esquerda para direita, o representante da Apefisco e auditor de Vitória de Santo Antão, Marcelo Veras; o presidente da Fenafim e do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical), Fábio Macêdo; o senador Fernando Bezerra Coelho e o secretário-geral do Afrem e representante da Anafisco, João Victor de Araújo.

## Expediente

Fazendários em Pauta - **Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - Afrem Sindical**  
Edição: abril/2022

Rua Professor Andrade Bezerra,  
64, Parnamirim, CEP.: 52.060-270  
Fones: 81 3441.6044 | 99756.0826  
www.afremsindical.org.br  
afremsindical@afremsindical.org.br  
**Diretoria Executiva Biênio: 2022/2023**  
Presidente: **Fábio Macêdo**  
Secretário-geral: **João Victor**

Dir. de Assuntos Sindicais: **Filipe de Pinho**  
Dir. Social: **José Anchieta**  
Dir. Aposentados: **Antônio Gomes**  
Dir. Administrativo-financeiro: **Luiz Ferreira**  
Suplentes: **Ana Carolina e Hélio Max**  
Jornalista responsável e Edição: **Andréa Pessoa**  
e-mail: **andrea.pessoa14@gmail.com**  
Projeto gráfico e diagramação: **Alexandre Oliveira**  
e-mail: **alexandre@afrem.org.br**

## Prazo para regularização do título eleitoral só vai até dia 4 de maio

Quem deseja tirar a primeira via do documento precisa ficar atento ao prazo



Quem quiser votar nas eleições gerais deste ano deve ficar atento ao prazo de regularização do título eleitoral. O prazo só vai até o dia 4 de maio. A data também vale para quem precisa solicitar a primeira via do documento, nas idades entre 16 e 18 anos. A votação em primeiro turno ocorrerá no dia 2 de outubro, e em segundo turno, se houver, em 30 de outubro.

A data é estipulada pela Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97 – artigo 91), que prevê o fechamento do Cadastro Eleitoral com 150 dias antes de cada pleito. Durante esse

período, o cidadão poderá resolver pendências como transferência de domicílio eleitoral ou outras decorrentes de ausência ou justificativa nas três últimas eleições.

Tanto o alistamento (primeira via do título) quanto a regularização podem ser solicitados pelo sistema Título Net, no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De acordo com o TSE, o procedimento é simples, rápido e pode ser feito pela internet com o sistema Título Net no link [aqui](#). Assista ao vídeo com o passo a passo neste [link](#).

## Saiba os documentos necessários para realizar a primeira via do título eleitoral

Para o cidadão tirar a primeira via, após informar a Unidade Federativa em que reside, o TSE informará sobre os documentos necessários, detalhados abaixo:



Depois de anexar os documentos, em “Título de eleitor”, o interessado deve selecionar a opção “Não tenho” para prosseguir o atendimento. Os dados informados serão analisados pela Justiça Eleitoral e o cidadão pode acompanhar no sistema o processo em andamento.

**Alteração cadastral** - Os que desejam realizar alguma alteração no cadastro eleitoral devem, antes de tudo, conferir a situação junto à Justiça Eleitoral no site do TSE. Em seguida, no



sistema Título Net, insira as informações e os documentos solicitados e acompanhe o requerimento.

**e-Título** - Há outra forma mais rápida de consultar eventuais pendências junto à Justiça Eleitoral: o aplicativo e-Título. A ferramenta também é utilizada como título eleitoral digital, substituindo o documento em papel no dia das eleições. Basta fazer o download gratuito em telefones celulares ou tablets de qualquer plataforma (Android e iOS).